TL1626

NOAM CHOMSKY

LISBOA ✧ 25 DE MAIO

a convite do
GABINETE DE ESTUDOS DO PS

PS

PARTIDO SOCIALISTA

1) DADOS BIOGRÁFICOS

Linguista norte-americano, de seu nome completo Avram Noam Chomsky, nasceu na Pensilvânia a 7 de Dezembro de 1928. Na universidade desta cidade, estuda matemática, filosofia e linguística, vindo a aprofundar sintaxe com Z. Harris e, posteriormente, a especializar-se em linguística na Universidade de Harvard sob supervisão de Roman Jakobson. Em 1955, apresenta a tese de doutoramento subordinada ao título *The Logical Structure of Linguistic Theory*, na qual se encontram já explicitados os pressupostos, quer matemáticos quer lógicos, que subentendem a análise sintáctica estruturalista. Posteriormente, põe em causa os fundamentos basilares da linguística estrutural, demonstrando a inoperância dos modelos linguísticos anteriores bem como a ineficácia dos pressupostos behaviouristas e do positivismo lógico.

Adepto de uma perspectiva racionalista, Chomsky cria um novo modelo de descrição linguística, que, designado de transformacional, se caracteriza pela reformulação do conceito de gramática. Assim, a par da descrição dos fenómenos sintácticos da língua, ela deverá fornecer a explicação dos mesmos e não omitir o poder criativo próprio da estrutura das línguas naturais. A gramática generativa entrará igualmente em linha de conta, entre outros, com os seguintes factores: aprendizagem da linguagem; carácter inato das capacidades linguísticas; processos de emissão e recepção da fala; gramaticalidade; criatividade na linguagem por parte do sujeito falante; níveis sintagmático, transformacional e morfofonológico. Ultimamente, Chomsky tem vindo a dar um contributo notável na reflexão de ordem epistemológica e filosófica sobre as relações que se estabelecem entre linguagem e pensamento. Professor do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) desde 1955, é actualmente chefe do Departamento de Línguas Modernas, tendo participado em pesquisas electrónicas.

Proclamando-se um "socialista libertário" vem, desde os tempos da guerra do Vietname, denunciando a política de desprezo ou de agressão dos Estados Unidos em relação aos povos do terceiro mundo, à custa de uma poderosa tecnologia militar.

Na sua contestação aos "media", trata-os como aparelhos ideológicos programados para a mentira funcional ao serviço da política dos governos. Chomsky denunciou as encenações habilmente montadas pelos meios de comunicação, as farsas em que estes participam ou que pelos seus próprios meios promovem.

Para Chomsky existe uma conspiração deliberada para esconder ao público americano as verdades mais incómodas da política externa. Vietname, Cambodja, Timor e a Guerra do Golfo são para ele exemplos evidentes.

O destaque dado pela imprensa americana ao massacre de Timor mereceu algumas considerações por parte deste autor. Segundo Chomsky houve a intenção de esconder ao público americano o verdadeiro massacre ocorrido naquele local, com o objectivo de justificar a contínua ajuda militar prestada à Indonésia.

Aclamado por uns, criticado por outros, Noam Chomsky é uma figura tão respeitada e influente, quanto controversa no seu posicionamento crítico face às sociedades industrializadas.

2) INSTITUIÇÕES DE QUE É MEMBRO

Fundação Nacional de Ciências; Conselho Americano da Sociedade Erudita; Academia Americana de Artes e Ciências; Sociedade Linguística da América; Associação Filosófica Americana; Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais; Academia Nacional de Ciências. Doutor honorário em literatura hebraica pela Universidade de Chicago (1967), Loyola University Swarthmore College (1970), Bard College (1971), e Universidade de Massachusetts (1973). Foi igualmente designado doutor honorário em literatura pelas Universidades de Londres e Deli, em 1967 e 1972, respectivamente.

3) OBRAS PUBLICADAS

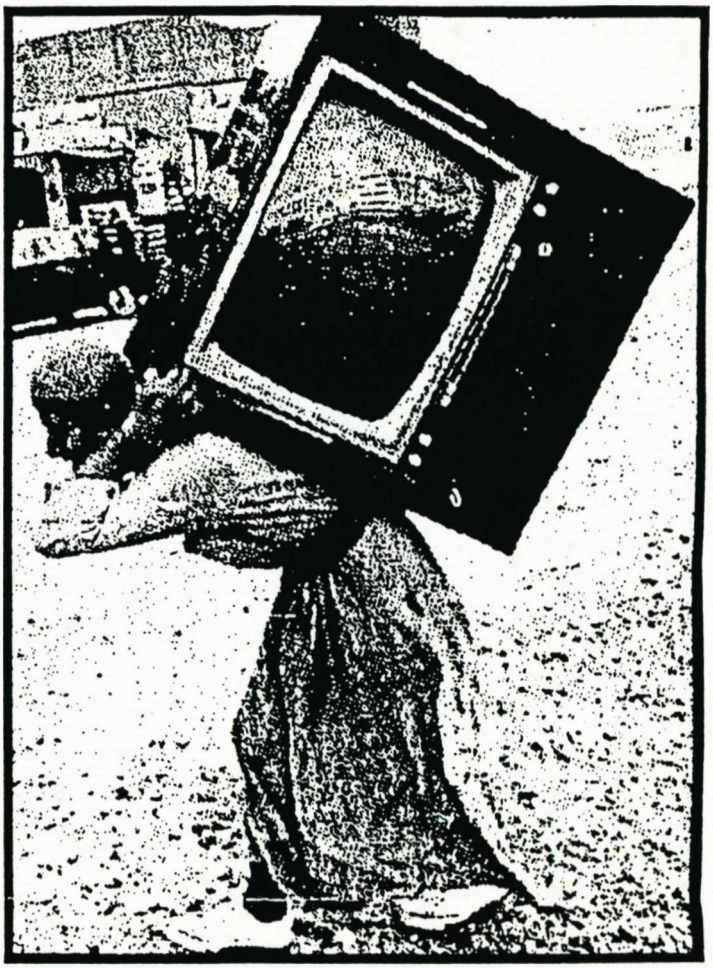
Morphophonemics of Modern Hebrem, 1951; *Sintactic Structures*, 1957; *Current Issues in Linguistic Theory*, 1964; *Aspects of the Theory of Syntax*, 1965; *Cartesian Linguistics*, 1966; *Language and Mind: The Sound Pattern of English* (de colaboração com Morris Halle); *American Power and the New Mandarins*, 1970; *Problems of Knowledge and Freedom*, 1971; *Studies on semantics in Generative Grammar*, 1972; *For Reasons of State*, 1973; *The Bachroom Boys*, 1973; *Bloodbaths in Fact and Propaganda* (tradução de colaboração com Edward Herman), 1974; *Peace in The Middle East?*, 1974; *Reflections on Language*, 1975; *The Logic Structure of Linguistic Theory*, 1975; *Essays on Form and Interpretation*, 1977; *Human Rights and American foreign Policy*, 1978; *The Political Economy of Human Rights* (de colaboração com Edward Herman), 1979; *Language and Responsibility*,1979; *Rules and Representations*, 1980; *The Chomsky Reader*, 1987; *Manufacturing Consent*, 1988; *Year 501: Conquest Continues*, 1992; *What Uncle Sam Really Wants*, 1992; *Deterring Democracy*, 1992; *Rethinking Camelot: JFK, The Vietnam War,: U.S. Politics*, 1993; *Prosperous Few: The Restless Many*, 1993; *Language and Thought*, 1994.

ANEXOS

CHOMSKY

Radical e libertário, Chomsky é o modelo do génio que desce dos cumes mais elevados

Intelectual radical



LUÍS COELHO

TERÇA-FEIRA passou na TV2 a primeira parte de um documentário sobre Noam Chomsky. Intitulado **Manufacturing Consent**, é o modelo do que deve e pode ser um documentário sobre um pensador vivo. Cinco anos a acompanhar Chomsky produzem duas horas de filme onde se fundem com irrepreensível coerência vida pessoal e actividade ideológica. Por actividade ideológica entenda-se todo o conjunto de elocuções através das quais Chomsky transmite os seus pontos de vista em diversas partes do mundo. As reacções de quem ouve são uma das coisas mais eloquentes do documentário, e demonstram as agruras que esperam quem decida pensar fora daquilo que os outros pensam.

Essa decisão é extremamente rara. A maioria das pessoas que supostamente ofendem a sociedade, os chamados provocadores, não fazem mais do que reforçar os preconceitos correntes. As meras provocações são excepções que confirmam regras. É o caso, por exemplo, de Madonna. Aliás, ela é um exemplo tanto mais útil quanto mostra como a provocação tem quase sempre intuitos comerciais. É uma forma de adquirir notoriedade, de ter sucesso. Lembra a montanha-russa: causa uns arrepios mas nunca coloca ninguém realmente em perigo. Perigo só existe quando se vai além disso, além da superfície, e se atinge o cerne das questões.

Fizeram isso pessoas como Ralph Nader, o célebre advogado dos consumidores, que ultrapassou uma vasta mitologia falaciosa para obrigar os grandes fabricantes de automóveis a gastar fortunas em segurança. Pessoas como Jerry Mander, que defendeu a eliminação pura e simples da televisão, cujos vícios considerou incuráveis. Sem perfilhar tal opinião, Noam Chomsky, que juntamente com eles é associado a uma esquerda americana, consegue ser ainda mais crítico, mas a sua crítica é geral para todos os meios de comunicação social. A todos ele atribui as mesmas culpas — culpa é um conceito essencial, explícito e implícito, do seu pensamento; culpa e conspiração — no que respeita à distorção da realidade e ao servilismo de interesses sempre inconfessados.

Que Chomsky também atingiu o cerne da questão, prova-o a atitude de orgãos de comunicação «mainstream» como o «New York Times» e as principais cadeias de televisão. Quer naquele quer nestas ele está virtualmente proibido de aparecer, de ser sequer falado. Dizem lá que ele veio de Neptuno e que as suas opiniões são um completo disparate. Nota-se que ficam genuinamente ofendidos com aquilo de que ele os acusa. Ao fim e ao cabo, custa a uma boa consciência liberal, progressista, ser acusada de convencionalismo reaccionário. O isolamento de Chomsky é um primeiro indício de que ele não poderá não estar errado.

Mesmo que não se adira às suas ideias, gente como ele faz falta. Os verdadeiros radicais são o único ponto de fuga num mundo intelectual e mediático tendencialmente fechado. Se não houvesse ninguém a assumir a oposição absoluta, nada seria posto em causa. Não temos de os imitar, mas o facto de existirem dá-nos coragem para, de vez em quando, assumirmos nós próprios uma certa oposição. Se todos fôssemos moderados, não haveria mudanças. Tudo seria acomodação. E já há acomodação a mais neste mundo.

NOS MEIOS de comunicação social, a acomodação é aos vários interesses que os dominam. Desde o interesse propagandístico ao interesse em vender. O primeiro interesse leva a inventar, omitir e distorcer para persuadir o público da bondade de certas causas. O segundo leva a dar ao público aquilo que ele quer, a não lhe oferecer imagens ou ideias que o possam afastar, seja pelo aborrecimento ou pelo choque. A informação, enquanto espectáculo, passa a obedecer aos critérios do espectáculo. Constatação que já antes de Chomsky tinha sido feita pelos inúmeros teóricos que a olharam com desconfiança (todos ou praticamente todos) e que aliás lhe analisaram outros defeitos. O que eles não analisaram como Chomsky foi até que ponto a informação é usada e abusada para criar um clima favorável à política dos governos ditos democráticos. É esse centramento absoluto na política que faz a originalidade da posição dele.

Chomsky acha que existe uma conspiração deliberada para esconder ao público americano as verdades mais incómodas da política externa. Vietname, Cambodja, Timor e Guerra do Golfo são para ele exemplos evidentes. Comparando o tratamento dado pelo «New York Times» ao Cambodja e a Timor, locais onde, no seu entender, se efectuaram massacres comparáveis, ele diz que a proporção é de 1175 para 70, ou seja, houve a intenção por parte da Imprensa (se o NYT fez isso, o que não terão feito os outros) de esconder ao público americano a extensão do que se passava em Timor. Objectivo: justificar a continua ajuda militar prestada à Indonésia.

Os jornalistas tem dificuldade em aceitar esse tipo de opiniões acerca de si mesmos. Tom Wolfe, o jornalista mediático por excelência, aparece no documentário a destilar desprezo por Chomsky. Outros jornalistas reforçam a atitude. A impressão que se pretende deixar é que Chomsky desconhece inteiramente como funcionam as redacções. Aquilo a que ele chama desinformação não é mais que o contrário de uma série de deficiências próprias de um trabalho que por definição se faz à pressa, no momento — o trabalho jornalístico. O jornalista, para estar sempre em cima da actualidade, tem de ser muitas vezes superficial. Tem, designadamente, que aceitar muitas das versões oficiais que lhe são dadas. O mais que pode tentar fazer é introduzir-lhes um elemento de desconfiança, mas mesmo isso é difícil quando não se possuem informações que o suportem.

POR INICIATIVA própria e com auxílio alheio, Chomsky arranja-as. Uma outra estatística por ele mencionada refere-se à natureza das pessoas convidadas para o prestigiado programa de informação Nightline: 92 por cento eram brancos, 89 por cento homens e 80 por cento profissionais qualificados. Essa selecção revela vontade de privilegiar uma élite, a élite à qual, no fundo, também pertencem os autores do programa. Só que não se tratará de uma élite muito esclarecida. Segundo Chomsky, e para continuar nas percentagens, os 20 por cento de pessoas informadas numa sociedade (80 por cento limitam-se a ver futebol e ignorar o que se passa à sua volta) são informadas segundo as conveniências do poder. Do governo, do complexo militar-industrial, do que se quiser. Seja lá o que for, não há dúvida de que aceitam as **necessárias ilusões** que lhes fornecem.

Aceitam-nas porque a vida quotidiana lhas impõe. Para as combater não basta ficar parado. Há que praticar a **autodefesa intelectual**, uma arte que inclui desde o consumo da Imprensa alternativa ao exercício constante da crítica e ao empenhamento em movimentos ecologistas, feministas, de apoio ao Terceiro Mundo, etc. Sem esse voluntarismo intelectual e prático não há forma de escapar à absorção pelos «media mainstream». Chomsky tenta fazer a sua parte, e os resultados não são tão modestos como podem parecer. É certo que muitas das suas obras não se vendem nas grandes livrarias, mas é curioso entrar numa livraria, em qualquer livraria universitária americana e deparar com os panfletos seus, geralmente pendurados junto à caixa, sobre Timor ou a guerra do Vietname. Como se sabe, a classe universitária é das mais influentes em qualquer lado, pois é ela que, em medida apreciável, determina o futuro dos países. Assim, Chomsky pode ter uma influência que vá muito além daquilo que se percebe.

Com ou sem influência, ele representa a espécie extrema de um género verbal americano: a autocrítica. Num país onde constantemente se discutem os motivos, as práticas e os efeitos da comunicação, não fazia sentido ninguém dizer o que Chomsky diz. No fundo, é um pouco o que toda a gente pensa. A diferença é que ele quer mudar de facto qualquer coisa. É um autêntico intelectual. Os outros, os que confirmando o «status quo» através de pequenas contestações, são meros gestores do intelecto. E é por isso, exactamente, que não lhe perdoam. ■

do saber para afirmar a cidadania de uma forma crítica, corrosiva, quase insolente

Linguagem e liberdade

ANTÓNIO GUERREIRO

HOJE, somos todos chomskianos, mesmo que nunca tenhamos ouvido falar em Noam Chomsky. É uma afirmação talvez um pouco exagerada, mas serve para traduzir a desproporção que existe entre o grau de circulação atingido pelas suas teorias e o conhecimento que se tem do que é que representam, como e em que contexto nasceram, que diálogos estabelecem no interior e no exterior do campo de saber de que fazem parte. Sob a forma de vulgata, a teoria chomskiana da linguagem e a respectiva análise linguística são, desde os anos 70, ensinadas nas escolas, logo a partir dos primeiros anos da escolaridade. O triunfo da gramática generativa e transformacional de Chomsky nos «currículo» escolares tem um contexto preciso que o explica: por um lado, o entusiasmo pela teoria e pelas utopias metodológicas em que se vivia desde o final dos anos 60; por outro, a abertura a tudo o que viesse marcado pela não normatividade. Com a substituição das tradicionais gramáticas normativas pela gramática generativa assistia-se a uma mudança de método que correspondia também a uma mudança de ideologia. No ensino da língua materna, a ditadura do certo e do errado, do «isto diz-se; isto não se diz» tinha chegado ao fim, ou pelo menos abrandado significativamente: a nova gramática servia para descrever as estruturas e as regras de formação das frases, e não para prescrever o que é correcto ou não é.

Falando do Chomsky linguista e filósofo da linguagem, não estamos a apresentar a figura pública na sua totalidade. Para muitos, o Chomsky conhecido não é o distinto professor do M.I.T., com uma presença fulgurante no mundo académico desde que, em 1965, publicou **Aspects of a Theory of Syntax**, e que esteve no centro de alguns importantes debates que mobilizaram a interacção de vários campos do saber, nomeadamente a psicologia, a filosofia e a linguística, mas é o Chomsky activista político, proclamando-se um «socialista libertário».

O «socialismo libertário» é talvez uma originalidade chomskiana, idiossincrática. Quando se é simultaneamente cientista famoso, filósofo e americano essa originalidade tem um valor acrescentado: ganha a natureza de traço bizarro e provocador. Se não houvesse o Chomsky não conheceríamos nenhum socialista americano que, ainda por cima, escolheu a via do anarquismo. A América várias vezes lhe fez saber que dispensava tais originalidades.

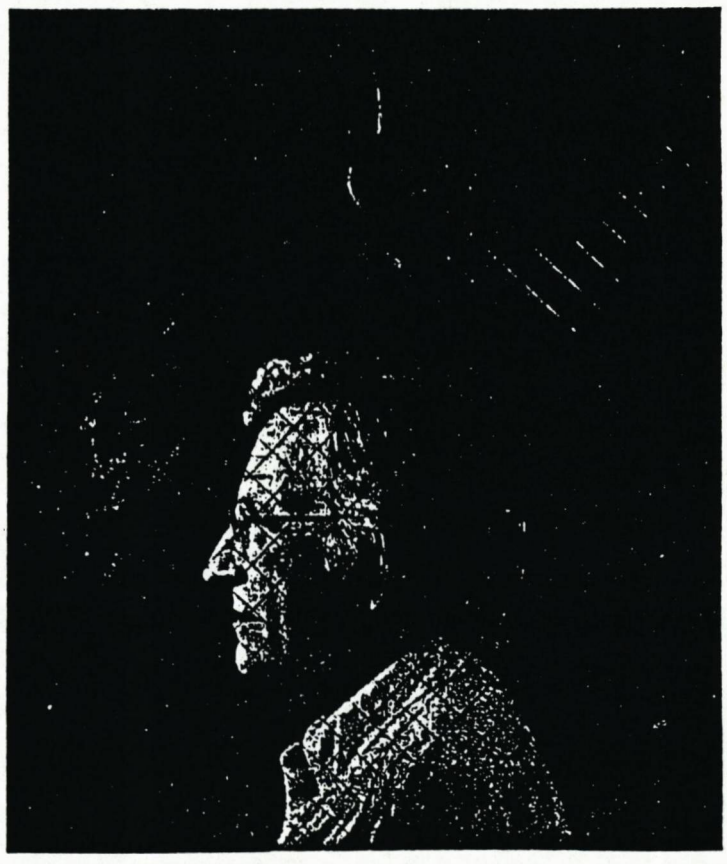
Dificilmente a designação de «socialismo libertário» corresponderia a um programa ideológico coerente, capaz de fundar uma política. Mas o campo em que sempre se situou Noam Chomsky foi sempre outro: o da acção política directa, o da responsabilidade enquanto intelectual, que ele próprio definiu nestes termos: **«Dizer a verdade e expor a mentira»**.

O princípio, em si, é generoso e moralmente inatacável, mas, como sabemos por outros exemplos, não está isento de também ele engendrar a mentira ou de a caucionar. Quando, no princípio dos anos 70, Chomsky escreveu **O Arquipélago de Sangue** para responder ao **Arquipélago de Gulag**, de Soljenitsine e mostrar como no Ocidente se tinham cometido tantas atrocidades como no Leste, estava certamente a dizer só meia verdade e a contribuir para a perpetuação da mentira (nessa altura, o Gulag era ainda, para muitos, uma mentira infame da propaganda anti-socialista); a verdade escapou-lhe mais uma vez quando apoiou regimes criminosos do Terceiro Mundo por uma espécie de reflexo de apoio sistemático às vítimas do imperialismo americano.

Ninguém, ou pelo menos nenhum cidadão americano de renome, se aplicou a denegrir tão sistematicamente a América. Desde os tempos da Guerra do Vietname que Chomsky vem denunciando a política de desprezo ou de agressão dos Estados Unidos em relação aos povos do Terceiro Mundo, à custa de uma poderosa tecnologia militar. Contra a intervenção militar no Vietname, participou na marcha em direcção ao Pentágono. Chegou mesmo a ser preso, em 1967, tendo partilhado a cela com Norman Mailer. Embora de origem judaica, sempre defendeu a causa palestiniana contra Israel (o que lhe mereceu a designação de «self-hating Jew»). Já nos anos 80, defendeu publicamente os sandinistas, quando os Estados Unidos apoiavam os «contras». Mas a sua principal máquina de guerra é aquela que moveu contra os «media». Tratando-os como aparelhos ideológicos programados para a mentira funcional e ao serviço da política do governo americano, Chomsky denunciou as encenações habilmente montadas pelos meios de comunicação, as farsas em que estes participam ou que pelos seus próprios meios promovem. Submetidos à análise e à crítica de Chomsky, todos os mecanismos e factores geralmente apresentados como meios para a criação de uma sociedade aberta e transparente apresentam uma face negra, diabólica e irreparável.

Mas não é pelas suas posições políticas radicais (e às vezes demasiado simplistas) que Chomsky é conhecido, respeitado e divulgado no mundo inteiro. É pelas contribuições que deu para o estudo da linguagem e dos processos mentais.

A SUA gramática generativa e transformacional só pode ser entendida se a colocarmos numa tradição que conjuga o gramatical e o filosófico. Quando em 1966 publicou a sua **Cartesian Linguistics**, Chomsky veio colocar a linguística num âmbito da reflexão filosófica relativa à linguagem, um trabalho aliás prosseguido numa outra obra intitulada **Language and Mind** (1968). Em **Cartesian Linguistics**, tinha remetido os fundamentos da análise linguística transformacional para a gramática de Port-Royal, segundo ele derivada da «linguística cartesiana», onde se estabelecem relações entre gramática e lógica. A «grammaire générale et raisonnée» de Port-Royal (1660) levava ao extremo a dependência dos signos em relação ao pensamento, constituindo assim uma abertura à análise lógica das nossas gramáticas.



Como Descartes e os gramáticos de Port-Royal Chomsky vai-se basear numa concepção da vida mental que determina a existência de faculdades inatas. Mas fá-lo partindo da recusa total do behaviorismo, negando a hipótese defendida por uma geração anterior de linguistas de que a rapidez e a complexidade com que os seres humanos adquirem a linguagem possa ser explicada pelo mecanismo estímulo – resposta.

A ambição da gramática generativa e transformacional é a de ultrapassar o estádio classificativo das gramáticas tradicionais para construir um modelo da **competência** do sujeito («competência» é um conceito chomskiano que designa algo que é da ordem do virtual: designa a possibilidade que um falante de uma língua tem para construir e reconhecer frases gramaticalmente correctas; utilizando essas possibilidades isto é, fazendo uso do seu conhecimento da língua, e, desse modo, passando à fala, o sujeito dá lugar à **performance**). A competência do sujeito verifica-se no seguinte fenómeno: uma criança desde muito cedo é capaz de construir e compreender enunciados novos (que ele nunca tinha ouvido antes). Cada um de nós tem a capacidade de produzir e compreender instantaneamente novas frases que são diferentes das que tinha ouvido antes. A linguagem é pois uma faculdade inata e conclui Chomsky: **«Os seres humanos estão de certa maneira equipados para isso com instrumentos de tratamento de dados ou de 'formulação das hipóteses'»**. A linguagem da cibernética não nos deve aqui espantar: é o modelo de programa de computador o mais apropriado para descrever o modo como Chomsky explica o que se passa na consciência humana no que diz respeito à linguagem. Todo o indivíduo interioriza uma gramática a partir da qual ele pode engendrar e reconhecer um número infinito de frases, mesmo que nunca as tenha ouvido antes, ou seja: saber uma língua é **«dominar um conjunto de regras e princípios que determinam um conjunto infinito e discreto de frases»**.

O que Chomsky deduz é a existência de uma **«estrutura mental inata»** é indispensável a indivíduo para este poder exercer a linguagem, o princípio a partir do qual se pode postular uma «gramática universal», uma estrutura profunda que está para além de todas as diferenças entre as línguas, já que essas diferenças só existem a nível da estrutura de superfície («estrutura profunda» e «estrutura de superfície» são outros dos conceitos importantíssimos em Chomsky). A gramática generativa e transformacional dá-nos então a possibilidade de descrever o modo como através de determinadas regras, se passa da estrutura profunda (da gramática universal) ao plano fonético, de engendramento efectivo de frases; ainda de descrever o modo como às frases simples se aplicam as chamadas «regras transformacionais», de modo a obtermos uma frase mais complexa (por exemplo a regra de transformação de uma frase activa numa frase passiva).

Esta forma simplificada e evidentemente muito abreviada de apresentar as teorias de Chomsky é talvez suficiente para vislumbrarmos o modo como ele elevou a linguística à condição de disciplina básica para a compreensão da mente e da conduta do homem, como se pode verificar pelos desenvolvimentos que imprimiu às suas teorias. O que não quer dizer que elas tenham sido universalmente aceites: poucos cientistas neste século terão desencadeado tantas críticas como aquelas que foram dirigidas a Chomsky, por parte de linguistas, filósofos e psicólogos. Mas aqui abre-se um outro capítulo, interminável.

Noam CHOMSKY

Há anos que o professor Chomsky, inimigo público número um dos media e dos políticos norte-americanos, só liga a um princípio: "Dizer a verdade, expor as mentiras." E é um grande defensor da causa de Timor na América.

PAULO ANUNCIAÇÃO, EM CAMBRIDGE

Nos anos 60, Noam Chomsky fez tremer a Academia quando levantou a voz, com violência, opondo-se à guerra do Vietname. Mais recentemente, este professor universitário do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e linguista respeitado tem sido um crítico implacável da política externa dos Estados Unidos: do golfo Arábico a Timor Leste, passando pelo Panamá, Coreia, Cuba ou Nicarágua. Especialmente duro nas críticas aos *media*, Chomsky acusa as redes de televisão e os principais jornais norte-americanos, como *The New York Times*, de viverem do negócio de criar as "ilusões necessárias" para proteger os interesses da elite dirigente de Washington D.C.

Noam Chomsky tem 65 anos, é casado com Carol e tem três filhos. Quando não está em viagem (virá a Portugal, no mês de Maio), ou entre os seus alunos ou rodeado de livros (é autor de 47), Chomsky descansa na sua casa de Lexington, nos arredores de Boston.

O senhor tem escrito com regularidade sobre a questão timorense, desde o final dos anos 70. O que mudou nos últimos anos, para lá das imagens do massacre de Santa Cruz?

Há uma série de dados novos. A questão do petróleo, sobretudo. Claro que este foi um dos factores que levaram a Indonésia a invadir o território, em 1975, sob os aplausos do Ocidente. Mas o petróleo, então, estava na mente das pessoas de uma forma mais indirecta.

O que provocou a mudança?

Agora o petróleo passou para o primeiro plano. Em 1989, a Austrália e a Indonésia assinaram um tratado sobre a exploração do petróleo do chamado Timor Gap. As empresas petrolíferas do Ocidente, desde então, não mais pararam de injectar dinheiro nos projectos da zona. Coincidência macabra: as licenças de exploração começaram a ser atribuídas em Dezembro de 1991, pouco depois de Santa Cruz. Já vão em 15 novos acordos desde o massacre. E ainda há pouco tempo anunciaram a descoberta da primeira jazida de petróleo com possibilidades de exploração rentável.

O Governo português, penso, apresentou um protesto.

O pior é que eu continuo a não ver nada disso relatado na imprensa geral. Uma ou outra pequena notícia na imprensa que cobre a economia e os negócios, nada mais. É triste. Imagine uma situação semelhante: depois da invasão do Kuwait pelo Iraque, a Líbia fazia um acordo com os iraquianos para a exploração do petróleo kuwaitiano. Se isto tivesse acontecido, logo teríamos grandes títulos, *raids* aéreos e tudo o mais.

Como tem sido a cobertura da questão timorense na imprensa norte-americana?

Um silêncio completo. Em muitos dos meus livros faço a análise do espaço dedicado à tragédia do povo de Timor Leste comparado com o dedicado a outros povos. O Camboja, por exemplo. As atrocidades dos *khmer* vermelhos foram descritas até à exaustão. Os jornais e os nossos mais "ilustres" jornalistas falaram em "genocídio" e em direitos humanos. Quanto aos crimes dos indonésios - semelhantes no terror e na dimensão -, nada. Porquê? Os indonésios são nossos aliados, nossos amigos, nossos clientes. Enfim, *good guys*.

Tenho visto, no entanto, um ou outro editorial sobre Timor Leste. Inclusive no *The New York Times*, o jornal que você descreve como o *Pravda* dos Estados Unidos...

Também o *Washington Post*, há poucas semanas, publicou um editorial sobre o problema. O editorialista tenta explicar o "erro" dos Estados Unidos com a nossa preocupação com o Vietname. "Como não queríamos estar implicados noutro Vietname", diz ele, "decidimos dar as armas aos indonésios, para que eles levassem a cabo a invasão". E agora? Será que para contrariarmos a invasão teremos de bombardear Jacarta? Não. Só temos de deixar de lhes enviar armas. O mesmo se diga do Reino Unido. E da Holanda.

Uma reportagem de televisão [*Death of a Nation*, do jornalista australiano John Pilger] apresentou recentemente provas do apoio militar britânico aos indonésios.

Claro, não é surpresa para ninguém. Ainda não vi o filme (estou à espera que me enviem uma cópia), mas li os artigos de Pilger e de Max Stahl publicados na Austrália e na Inglaterra. O segundo massacre de que eles falam, por exemplo, nunca foi falado na imprensa norte-americana. Talvez daqui a uns anos...

É UMA COINCIDÊNCIA MACABRA: AS LICENÇAS DE PETRÓLEO COMEÇARAM A SER DISTRIBUÍDAS EM DEZEMBRO DE 1991, POUCO DEPOIS DO MASSACRE DE SANTA CRUZ.

Você é um dos poucos americanos a levantar, aqui, a questão de Timor Leste.

Não é verdade. Até meados dos anos 80, de facto, Timor não era assunto. Mas depois começou a crescer uma verdadeira onda de protesto. E se existe alguém que deva ser elogiado é o meu amigo Arnold S. Kohen: um homem que acompanha há 20 anos os assuntos do Sudeste asiático e que, depois de muitos e muitos anos de *lobby* pessoal e intenso, conseguiu incluir Timor Leste na agenda do Congresso.

De que forma?

Arnold merece mais crédito do que qualquer outra pessoa neste capítulo. Ele deixou a universidade onde estava a fazer o doutoramento logo depois da invasão indonésia. Foi viver para Washington D.C. É daqueles tipos que gostam de manter um *low profile*, nunca aparece na imprensa. Depois de algum tempo, em meados dos anos 80, conseguiu reunir um grupo de congressistas que começaram a fazer perguntas e a pressionar sobre a questão de Timor Leste.

Quem eram esses congressistas?

Curiosamente, dos mais conservadores e reaccionários. Gente como Tony Hall, por exemplo (congressista do Ohio, director de um Centro de Estudos Bíblicos). Todos muito ligados à Igreja. Kohen estabeleceu contactos com estas pessoas, religiosas e conservadoras mas, também, muito humanistas. Este grupo começou a pressionar, fizeram perguntas e escreveram cartas ao Departamento de Estado. Estavam preocupados, sobretudo, com a fome e as condições humanitárias vividas em Timor Leste. A primeira legislação aprovada quanto à questão timorense partiu deste grupo.

Mais recentemente, o Congresso decidiu cortar com o treino militar oferecido aos oficiais indonésios.

Mas a Administração Clinton deu a volta à proibição, através de uma aldrabice. Não podemos "oferecer", pensaram eles. Mas os indonésios poderão muito bem "pagar-nos" por esse serviço. É assim que eles continuam a receber treino militar nos Estados Unidos, ainda hoje. O mais interessante é que toda esta aldrabice não mereceu qualquer relevo na nossa imprensa.

Nem no *The New York Times*?

Muito menos aí.

As imagens de Santa Cruz foram importantes para a divulgação do problema de Timor Leste?

Sim, mas mesmo antes de 1991 muitos americanos começaram a ter acesso a um certo números de informações sobre Timor que - claro está, nem é preciso dizê-lo - passavam completamente ao lado da imprensa geral. Este material provinha da Austrália ou de outras fontes, como a Igreja, e era difundido através das novas redes de comunicação electrónica, como o "email". Nasceu assim um verdadeiro movimento popular.

Com pouca projecção, na minha opinião.

O que importa é que, sem qualquer dúvida, a questão de Timor Leste é muito mais conhecida agora. Mesmo esta legislação mais recente (apesar de não estar a ser cumprida por Clinton) é um gesto simbólico que deve deixar os indonésios preocupados. O assunto foi levado a sério, votado e discutido no Congresso. Os outros países, infelizmente, estão a agarrar-se às sobras deixadas pelos americanos.

Que países?

A Inglaterra, sobretudo. Eles passaram a ser o maior fornecedor de aviões e de armas à Indonésia. E praticamente sem protestos. Fiz uma série de conferências, lá, e pouca gente conhecia o problema de Timor Leste.

Alan Clark (antigo ministro britânico da Defesa) afirmou recentemente que os ingleses estão-se nas tintas para o que os indonésios fazem com as armas...

Li a entrevista dele, simplesmente inacreditável. Eles estão-se nas tintas porque na Inglaterra pouca gente está informada do que se está a passar. Não existe ainda um movimento de protesto como o que existe aqui. Infelizmente. Mas ele é provavelmente do género de aceitar armar Gengiscão até aos dentes, desde que pudesse fazer dinheiro com isso. Ou Hitler, ou qualquer outro.

Acha que o tratamento dado pelos *media* americanos à

Independente

questão timorense melhorou?

Oh sim, de certo modo. Claro que eles estão melhores do que há 15 anos.

Por que razão a cobertura dos assuntos internacionais, na imprensa americana, é tão reduzida?

Os Estados Unidos não estão interessados nos outros países. É um país demasiado rico e poderoso para se interessar pelos outros. De facto, o único país que tem uma cobertura razoável na nossa imprensa é Israel.

E porquê?

Por interesses internos. Ainda há pouco fiz uma análise de todos os *The New York Times* do ano passado. A cobertura dedicada a países como o Canadá, a Inglaterra, a França - ou a Europa, em geral - é infinitamente inferior à dedicada a Israel. A América Latina toda, por exemplo, teve menos espaço do que Israel sozinho.

Como explica esse facto?

É uma longa história. Depois da guerra de 1967, Israel tornou-se no país mais querido dos intelectuais americanos. Acho que a razão principal foi a vitória esmagadora alcançada pelos israelitas. Eles deram um exemplo claro de como se deve lidar - da "melhor forma" e "exemplar" - com gente do Terceiro Mundo. Era uma altura, recorde-se, em que os Estados Unidos estavam a enfrentar uma série de problemas na Ásia. E, de certo modo, os israelitas demonstraram como se fazem as coisas: esmagar os pobres diabos, e esmagá-los bem.

Para a comunidade judaica, o senhor - filho de judeus - é um traidor.

Aqui, claro, odeiam-me. Não me podem ver. Mas em Israel não. Ainda há semanas o maior jornal do país publicou uma carta onde eu criticava duramente o chamado "processo de paz" e onde explicava por que razão ele corresponde a uma capitulação forçada e à destruição dos direitos dos palestinianos.

O senhor costuma falar da hipocrisia da política externa (e da imprensa) dos Estados Unidos. Acha que o tratamento dado à questão de Timor é um exemplo disso mesmo?

Está enganado. Tal como eu não digo que os russos são hipócritas (poderíamos aplicar-lhes o termo se eles invadissem o Afeganistão depois de criticarem a guerra do Vietname, o que não aconteceu), também não costumo utilizar a palavra "hipocrisia" em relação aos Estados Unidos. Porque o que os americanos fazem é muito transparente e óbvio: a política externa é comandada de acordo com os interesses dos grupos que detêm o poder. Conhece o meu livro *Year 501: The Conquest Continues*? Nele há um capítulo sobre a reacção dos *media* americanos ao massacre de 1965 na Indonésia (quando Suharto tomou o poder). Morreram 600 ou 700 mil pessoas. Eu analisei o modo como a imprensa americana relatou esta chacina - a maior de sempre desde o Holocausto. Eles adoraram. Acharam fantástico: "A esperança que volta" e títulos desse género. Um banho de sangue incrível, que varreu centenas de milhar de vidas. E eles acharam fantástico!

Essa era uma história, já, de *good* contra *bad guys*?

Eles mataram camponeses sem terra, destruíram o único partido político do país, e puseram o exército no poder de modo a abrir a Indonésia à exploração das companhias estrangeiras. Quem pode estar "contra" isso?

Ainda recentemente o presidente da Coca-Cola descrevia a Indonésia - com a sua população de milhões, jovem e muçulmana (isto é, que não bebe álcool) - como um "paraíso na Terra".

A Indonésia tem imensos recursos, não apenas consumidores de cola. O mais interessante é que foram os próprios liberais americanos a afirmá-lo. Eles até chegaram ao ponto de utilizar aquela chacina como justificação para a intervenção no Vietname. Segundo eles, a nossa presença fornecia uma espécie de "escudo" que protegia os generais indonésios, que talvez tivessem medo das influências chinesas ou outras. Por isso tínhamos o "direito" de estar no Vietname. Acha que poderemos classificar isto de hipocrisia? É muito pior do que autocracia.

Mantém contactos regulares com timorenses?

Oh, sim. Embora não haja muitos nos Estados Unidos. São uns poucos. José Ramos-Horta e um bom amigo, por exemplo. Dentro de meses vou à Austrália e deverei contactar com muitos outros.

O senhor costuma comparar a invasão indonésia em Timor Leste com a do Iraque no Kuwait, em 1990. Os dois acontecimentos são assim tão semelhantes?

Nunca existem dois acontecimentos históricos idênticos, ou mesmos chegados. Mas claro que há algumas semelhanças. A Indonesia invadiu porque, em parte, queria assegurar o domínio sobre o petróleo existente na área de Timor leste. Mas mesmo que não houvesse petróleo eles provavelmente teriam feito o mesmo.

Porquê?

O petróleo não foi o factor decisivo. A razão principal foi o medo de que um movimento - ou um governo - independente e de esquerda tivesse êxito logo ali, nas barbas dos indonesios. Em metade de uma ilha que também era indonésia. A questão do petróleo ajudou, sobretudo no campo do apoio ocidental: as grandes companhias petrolíferas preferiam decididamente fazer negócio com a Indonésia e não com um qualquer governo independentista.

E no Golfo?

O petróleo foi igualmente uma causa indirecta. O mais interessante quanto à guerra do Golfo, na minha opinião, é ver por que razão a Administração Bush se recusou sempre a aceitar a rendição do Iraque e a retirada do Kuwait.

Mas quando é que o Iraque disse que se retirava do Kuwait?

Logo no princípio. E continuou a fazer propostas de negociação e de rendição entre os finais de Agosto (de 1990) e os primeiros dias de Janeiro (de 1991). Esta parte da história tem sido completamente suprimida dos *media* americanos. Mas eu escrevi sobre isso e a documentação existente é abundante e bastante boa. A Administração Bush tinha medo que as ofertas iraquianas fossem verdadeiras.

Bush preferiu, então, o confronto?

Posso dar-lhe vários exemplos e provas, incluindo documentos das Nações Unidas. Ou as constantes fugas de informação publicadas pelo *New York Newsday*. Conhece o livro The *Commanders*, de Bob Woodward (jornalista do *Washington Post* e um dos autores da investigação do caso Watergate)? Neste livro ele transcreve uma série de entrevistas com membros do *staff* presidencial, do Pentagono e das chefias militares. Fica-se com uma boa ideia do que se passou, naquela altura, no seio da Administração Bush. Segundo ele, o grande medo era que o Iraque abandonasse o Kuwait e deixasse atrás de si um governo fantoche. Pior ainda, receava-se que a Arábia Saudita aceitasse essa situação. Os Estados Unidos fizeram pressão para tentar convencer os sauditas de que isso seria "inaceitável". Era inaceitável, de facto, mas seria exactamente igual ao que os Estados Unidos fizeram no Panamá, seis meses antes: uma invasão, um governo derrubado, centenas de mortos (talvez mais do que os que caíram no Kuwait, durante a invasão iraquiana) e um novo governo, fantoche. Se isto é "mau" e "errado" quanto a iraquianos, por que razão passa a ser "aceitável" quando somos nós a praticá-lo?

OS ESTADOS UNIDOS NÃO ESTÃO INTERESSADOS NOUTROS PAÍSES, EXCEPTO EM ISRAEL.

DIANA WALKER / MIT

Bush não queria mesmo a via diplomática?

A razão não era o petróleo, porque a rendição iraquiana e a retirada do Kuwait implicariam a restituição dos poços de petróleo. A razão era outra e, quanto a mim, óbvia: os Estados Unidos queriam demonstrar que poderiam controlar o Médio Oriente pela violência. Porque, agora, com os russos fora de jogo, os Estados Unidos detêm o monopólio da violência. E o resto do Mundo tinha que o entender. E era óbvio que os Estados Unidos teriam de vencer, face a um país do Terceiro mundo que nem sequer tinha conseguido derrotar o Irão. Eu escrevi muito sobre isto mas é claro que ninguém liga para o que diz um "dissidente" como eu. O Terceiro Mundo, por exemplo, compreendeu muito bem a mensagem. Fiz uma análise da imprensa de vários países (Índia, Indonésia, vários países do mundo árabe, Brasil) e todos eles se opunham à guerra. Inclusive a oposição democrática iraquiana. Todas estas vozes foram completamente ignoradas nos Estados Unidos. Conhece o arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns? Ele é uma das figuras religiosas mais importantes no Brasil. Escreveu um artigo onde dizia qualquer coisa como: "Por todo o Mundo há ódio e medo. Quando será que eles nos vão atacar? E sob que pretexto?" Ele compreendeu exactamente o que se estava a passar. A lição para o Terceiro Mundo: "Ou alinhas connosco ou vamos aí para te destruir. Nós somos o poder absoluto." No Ocidente poucos o compreenderam. Mas no Terceiro Mundo é uma convicção generalizada. E uma das razões para a enorme depressão e desespero que se vivem nestes países.

O que pensa sobre a intervenção na Somália?

Cinismo puro. A decisão de invadir - ou de "intervir", como lhe queiram chamar - foi tomada depois de estar bastante claro que o período mais grave da fome e de guerra civil terminara. Estavam assim criadas as condições para conseguir boas imagens...

Foi, na sua opinião, uma mera operação de relações públicas?

Sabe como é, resulta sempre bem enviar 30 mil *marines* para África e pô-los a dar *cookies* às crianças, em frente das câmaras de televisão. A Administração Bush estava com problemas sérios para fazer passar o orçamento do Pentágono. As críticas choviam de todos os lados. Esta operação foi muito útil para "demonstrar" que ainda é preciso ter uma grande força militar. Relações públicas, ou cinismo puro. Como queira. Olhe para a História. Os Estados Unidos sempre apoiaram Siad Barre, até ao último minuto - a mesma pessoa que destruiu a Somália e que matou 60 mil pessoas. Depois de ele ter sido destituído, o país entrou em guerra civil e os Estados Unidos abandonaram a zona. As condições pioraram imenso. Nos finais de 91 e no começo de 92 havia realmente muita fome e uma guerra sangrenta. Centenas de milhar de pessoas provavelmente morreram e ninguém se importou. Ninguém mexeu um dedo. Em meados de 92 a situação começou a melhorar, de certa forma, e foi nesse momento que - mais ou menos de repente - surgiram todos estes impulsos "humanitários". Somente com objectivos de relações públicas.

A política externa norte-americana mudou com Clinton?

No pormenor. Nada de mudanças muito sérias. Gosto da política dele quanto ao Haiti: Ainda foi mais duro do que Bush.

O senhor afirmou um dia: "O pior terrorismo vem de Washington. Se as regras do julgamento de Nuremberga estivessem em vigor, todos os presidentes americanos do pós-guerra teriam de ser enforcados."

Claro, é verdade. Se fossem aplicados os princípios de Nuremberga não haveria um único presidente americano que escapassa.

Clinton incluído?

Claro, ele já se juntou ao grupo. Olhe para o bombardeamento de Bagdad, em Junho passado. Foi uma agressão pura e simples, não foi resposta a qualquer provocação. É um crime de guerra segundo os princípios de Nuremberga. Uma violação da Carta das Nações Unidas.

É verdade que ainda não viu o filme *Manufacturing* Consent: Noam Chomsky and the *Media* (um filme documentário de quase três horas sobre o pensamento de Chomsky)?

Não vi nem quero ver. Não tenho tempo. E não gosto de me ouvir.